

Contrações entre História e Patrimônio: a ausência de patrimônios sobre a diáspora africana em Gravataí (RS)

Contradictions Between History and Heritage: The Absence of Heritage Sites Related to the African Diaspora in Gravataí, Brazil

Enviado em: 03-07-2025

Aceito em: 05-07-2025

Helena Thomassim Medeiros ¹

Daniel Maurício Viana de Souza ²

Diego Lemos Ribeiro ³

Resumo

Ao investigar os bens patrimonializados em Gravataí, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, observa-se o enaltecimento de uma imagem luso-açoriana e do reconhecimento de um passado indígena. Todavia, ao revisitar a história do município, percebe-se que as populações negras estiveram presentes há um longo tempo, contribuindo para a formação dessa sociedade. Sua ausência no discurso autorizado do patrimônio tem muito a revelar sobre processos de apagamento vinculados à diáspora africana, que ocorrem em diferentes escalas, sendo uma construção discursiva relacionada à colonialidade e às desigualdades sociais. Analisando alguns aspectos sobre esses debates ligados aos processos de memorialização, busca-se também registrar essas contradições que formam um patrimônio que exclui, mas que pode incluir, a partir da inserção de narrativas dissonantes, onde já não se observam mais as materialidades.

Palavras-Chave: Patrimônio, Diáspora Africana, Gravataí-RS.

¹ Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015), graduação em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional (2024), mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2019) e doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2025). helena_tm@outlook.com

² Doutor em Sociologia pelo Programa de PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com período sanduíche no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (2016). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de PPGCI- IBICT/UFF (2007). Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2004). Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro, e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. danielmvsouza@gmail.com

³ Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (MAE-USP), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-UFF) e graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É docente da Universidade Federal de Pelotas desde 2008, onde atua como professor do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. dlrmuseologo@yahoo.com.br

Abstract

When observing the heritage assets in Gravataí, a city in the metropolitan region of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul, we see the exaltation of a Portuguese-Azorean image and the recognition of an indigenous past. However, when revisiting the city's history, we realize that black populations have been present for a long time, contributing to the formation of this society. Its absence in the authorized discourse of heritage has much to reveal to us about processes of disengagement linked to the African diaspora. These occur on different scales, being a discursive construction related to coloniality and social inequalities. Analyzing some aspects of these debates, linked to the memorialization processes, it also aimed to record these contradictions that form a heritage that excludes, but that can include through the insertion of dissonant narratives where we no longer observe materialities.

Keywords: Heritage, African Diaspora, Gravataí-RS.

Introdução

Gravataí é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS), que tenta construir uma imagem sobre seu passado voltada para uma herança luso-açoriana, exposta em seus bens patrimonializados e no discurso autorizado sobre o patrimônio (Smith, 2009), criado a partir de determinadas historiografias e por processos de memorialização (patrimonialização, musealização de bens e criação de monumentos). Em contraste com essa tentativa simbólica de dominação, observa-se a história desse município por meio de pesquisas acadêmicas que vem sendo desenvolvidas desde o começo da década de 2000 sobre a importância de espaços e comunidades negras na formação da região. Todavia, tais iniciativas ainda não se refletem nos bens patrimonializados⁴ ou na narrativa apresentada sobre eles, demonstrando o apagamento dessa contribuição.

O município em questão não é uma exceção à regra, mas representa uma das escalas desse processo de apagamentos em relação à diáspora africana. O Brasil foi o país do continente americano que mais importou pessoas escravizadas da África entre os séculos XVI e XIX (IBGE, 2000), fato que reforça a importância dessas populações para a formação da identidade e cultura brasileira. Entretanto, suas histórias e contribuições são constantemente relegadas a lacunas da narrativa oficial de diversos locais. Entre esses, o Rio Grande do Sul,

⁴ A exceção é a Lei ordinária nº 4754, de 11 de janeiro de 2024, que declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, e dá outras providências.

que construiu um discurso sobre o passado ressaltando as heranças da colonização europeia. Giane Vargas Escobar (2010), explicita que, durante muito tempo, o estado foi considerado branco, com uma suposta “democracia racial”. Nesse contexto insere-se a cidade de Gravataí e seus patrimônios.

Este artigo apresenta um recorte temático de uma tese defendida em maio de 2025, que tem como foco compreender os processos de patrimonialização e as possíveis patrimonialidades identificadas no território, hoje, denominado Gravataí. Originalmente, a temática da diáspora africana não era parte de minha análise, contudo, ao observar mais atentamente a história da cidade e a atuação de seus agentes culturais, notei que esse tópico estava ausente do discurso autorizado do patrimônio. Essa “nova” percepção sobre Gravataí elucidou algumas das questões que me preocupavam. Além de moradora da cidade, nascida e criada aqui, também já atuei como agente cultural em diversos projetos, fui funcionária do Serviço Social de Comércio da cidade (SESC-Gravataí), realizei estágio no Museu Municipal Agostinho Martha, em uma escola pública da região, no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG) e fui conselheira do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Nessa trajetória, sempre tive muita dificuldade em identificar um sentimento de pertencimento dos moradores com sua história, instituições de memória ou bens patrimonializados.

Há um desconhecimento da população em relação ao Museu Municipal Agostinho Martha, bem como seu esvaziamento e constante fechamento, baixo índice de pesquisas, publicações e eventos relacionados à história da cidade, falta informações sobre os patrimônios e, em diversos momentos, os moradores desconhecem sua existência, o que levanta o questionamento sobre sua relevância para a comunidade. Apenas com a pesquisa de doutorado tive conhecimento sobre quais eram os bens patrimoniais do município, e muito me espantou a sua forte relação com a cultura luso-açoriana. Enquanto pesquisadora da área de memória e patrimônio, sei que tais discursos são intencionais e encobrem processos de tensão e conflitos do passado e do presente; todavia, é impressionante perceber o quanto não notamos aquilo que está diante de nós.

A temática da diáspora africana esteve encoberta por um longo tempo pelas narrativas que privilegiavam os povos dominantes. Nos países colonizados, como é o caso do Brasil, há

aspectos da colonialidade do poder e eurocentrismo⁵ que fazem adotar como nossa uma história, muitas vezes, do opressor. Essa característica é algo que se reflete nos patrimônios eleitos como representantes da herança cultural e nos discursos construídos em torno deles. Dessa forma, aprender sobre o tema e discutir suas representações — ou a falta delas — auxilia a pensar em um patrimônio que converse com a população e que faça sentido para eles, para que seja possível haver ressonâncias.

Os trabalhos discutidos neste artigo têm como denominador comum uma ruptura com a narrativa oficial. Eles trazem reflexões quanto aos processos de memorialização da diáspora africana em diferentes realidades. Partindo dessas inspirações, será descrito o caso de Gravataí e a ausência de patrimônios públicos que falem sobre a herança negra da cidade. A partir desta revisão de literatura, almejo demonstrar interconexões de cenários que tem como foco a ruptura com um discurso oficial sobre o passado, revisitando a história do município e problematizando o apagamento de determinadas narrativas no discurso autorizado do patrimônio.

Ruptura com o discurso oficial

Conforme mencionado, para identificar percepções dissonâncias no discurso autorizado sobre o patrimônio, é necessário um momento de ruptura com a narrativa oficial, e o meu se deu através de duas questões: uma ligada à minha atuação enquanto agente cultural e outra em relação à construção da tese. A primeira foi a conversa que tive com um pesquisador local quando fazia uma entrevista sobre a cidade para um projeto cultural, no qual ele cita que Gravataí é um município com origens muito negras. O diálogo chamou a atenção, pois cresci ouvindo sobre a herança indígena observada no nome (que teria origem no idioma guarani) e, quando estagiei no Museu Municipal Agostinho Martha, em 2013, vi reforçada a questão da herança luso-açoriana e indígena. Antonio G. Vergara (2012), ao estudar a representação dos povos guarani pré-coloniais nessa instituição, afirma que ela e seu circuito cultural cumpriram

⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117–142. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.

um papel fundamental para construir uma imagem sobre o indígena missioneiro e o luso-açoriano nesse passado.

A única instituição museológica da cidade reforça essa perspectiva, pois há pesquisas históricas, como as de Fábio Kühn (2011), que apresentam a Aldeia dos Anjos (um dos primeiros nomes conhecidos do território onde hoje fica Gravataí), como o maior aldeamento indígena do RS no período colonial. Entre os anos de 2017 e 2019, a Prefeitura de Gravataí também promoveu o projeto “Gravataí Missioneira”, produzindo um documentário, um livro em quadrinhos e erguendo uma cruz missioneira para representar os indígenas trazidos entre 1762 e 1763 para a região. Obviamente, não creio que isso seja o suficiente para tratar de uma história tão extensa de exploração e dominação, mas a iniciativa demonstra que há uma certa intencionalidade em preservar esse passado.

Quanto à herança luso-açoriana, ela é marcante na região e, segundo Vergara (2012,) foi reforçada pelo incentivo financeiro dado no final da década de 1980 e começo dos anos de 1990 a pesquisas sobre a temática, o único museu local, também teve espaços expositivos dedicados ao tema. Conforme a tese de Jachemet (2023), em 1991, Gravataí foi uma das cinco primeiras cidades do Estado, na qual foi construída uma sala açoriana, com acervo oferecido pelo Governo Regional dos Açores. Na cidade existem dezenove bens patrimonializados em esfera municipal, destes onze teriam relação com esses colonizadores e/ou com a religião católica, marcante em sua cultura, sendo apenas um processo de patrimonialização ligado às origens africanas na cidade, fruto de um projeto de lei de 2024.

Desde 2003, funciona na cidade a Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS), que ocupa o Casarão dos Fonseca, no centro do município, sendo uma das promotoras, em conjunto com a Prefeitura, da publicação “Raízes de Gravataí”, que apresenta a história da região. No começo do ano de 2023, a Prefeitura também construiu, no centro da cidade (no Parcão), um Monumento Açoriano, e, atualmente, é considerada cidade-irmã de Horta, que faz parte das ilhas dos Açores de Portugal.

Figura 1: Monumento Açoriano, março de 2023.



Fonte: Autor (2023).

O monumento em questão representa a importância dos Açores para a cidade e comemora os 20 anos da CAERGS. Esse caso elucida muito bem os aspectos abordados na “Introdução” deste texto. Eu já fazia parte do CMPC há cerca de seis meses quando a obra foi erguida no centro da cidade, em um espaço público; porém, sua construção não passou por nenhuma discussão dentro do Conselho, nem na Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, o qual representava desde 2022, dando a entender que se tratou de um diálogo entre Prefeitura e CAERGS.

Figura 2: Monumento Açoriano, setembro de 2023.



Fonte: MOREIRA, Danieli dos Santos Brito (2023).

No começo de setembro de 2023, recebi denúncias de vandalismo no Monumento, além de ter sido questionada em diversos momentos sobre o que se tratava a obra, que muitos

Revista Memória em Rede, Pelotas, v.17, n.33, Jul/Dez 2025 – ISSN- 2177-4129
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>

pensaram ser uma decoração de Natal que havia sido esquecida. Tal exemplo demonstra nitidamente meu principal questionamento: há qual memória esses patrimônios servem? É possível chamar de patrimônio algo com o qual a população não se vê representada? Seguimos erguendo monumentos e patrimonializando bens de cima para baixo, e, sem um diálogo com a sociedade, não se pode esperar que eles sejam reconhecidos.

Percebe-se que a história da escravidão e a presença negra em Gravataí aparecem em alguns momentos dentro do discurso oficial, como em um *banner* do Museu, em menção a uma possível senzala no Casarão dos Bina e em alguns capítulos dos livros da série “Raízes de Gravataí”. Todavia, até 2024 não havia nenhum bem patrimonializado ou monumento buscando a celebração dessa memória, o que evidencia a dimensão diminuta dessa relação.

O segundo ponto de ruptura considerado foi com a análise dos projetos aprovados em esfera municipal pela Lei Aldir Blanc (LAB), em 2020. Ao fazer o levantamento desses dados, categorizei as temáticas que eram abordadas nas ações e, dentro do grupo que focava em história e patrimônio, 20% tratavam sobre a temática negra. Entre eles, o documentário “Olhos de Anastácia: conexões quilombolas”, que aborda duas comunidades e suas relações: Quilombo da Anastácia em Viamão e Quilombo Manoel Barbosa em Gravataí. A partir do contato com um dos diretores, consegui entrevistar a presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa, Carmen Lúcia dos Santos. Na entrevista, fui apresentada ao relatório realizado pelo INCRA em conjunto com a UFRGS sobre a comunidade (Carvalho et al., 2006), que possibilitou encontrar diversos outros trabalhos que apresentavam Gravataí de uma perspectiva cuja dimensão eu desconhecia.

A partir desses dados, atentei-me para algo que estava a minha frente o tempo todo: a lacuna da história e herança negra no patrimônio de Gravataí. Foi pensando nessa possibilidade que decidi ampliar minha visão sobre o tema, começando com uma revisão crítica quanto à história da cidade e aos processos que podem levar a esses apagamentos. Tentando compreender, também, quais seriam as possibilidades para estimular a memorialização de narrativas dissonantes que pudessem contribuir para a criação de ressonâncias.

Revisitando a história de Gravataí

Ao analisar a história da cidade, ficou evidente que pessoas escravizadas de origem africana vieram com os primeiros sesmeiros a colonizar o território, por volta de 1730 — fato apontado no citado relatório apresentado pela senhora Carmen, escrito por Carvalho et al. (2006). Dados sobre a etnia da população são interessantes para trazer uma noção de sua importância e influência cultural para a formação dessa sociedade. Nesse caso em específico, fica nítida uma discrepância entre dados históricos e o discurso oficial produzido.

Em 1780, a Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos “[...] contava com 2355 moradores, dos quais 1890 eram indígenas (equivalentes a mais de 80%); 210, brancos; 255, negros” (Rocca, 2009, p. 496) e, em 1872:

[...] a população de “pretos” e “pardos”, além de ser maioria (mais da metade da população) da Aldeia dos Anjos era, em sua maioria, formada por livres ou libertos. Sendo assim, a localidade, além de ter um percentual escravo alto para os padrões apresentados para a Província, possuía uma população composta, em sua maioria, por pessoas não brancas (Pedroso, 2013, p. 53).

O livro “Nossa Terra, Nossa Gente”,⁶ de autoria de Agostinho Martha⁷ e Marco Antônio Bandeira Martha (2022), pode ser utilizado como representante do discurso oficial da cidade, tendo em vista que a obra é um dos principais referenciais bibliográficos sobre sua história. Nele, aparece a ideia de que, no Rio Grande do Sul, “[...] a importância do braço negro nunca foi muito relevante” (p. 124). Apontando que, por existirem propriedades pequenas na região, as famílias trabalhavam em conjunto com os peões e, por isso “Não se criou, assim, a casta dos senhores de engenho, nobre e preconceituosa, como ocorreu na região nordestina” (p. 125). Os autores ainda apontam que:

⁶ A obra recebeu moção de parabenização da Câmara de Vereadores e foi entregue pelo Prefeito de Gravataí ao representante da cidade de Horta, como símbolo da história de Gravataí, mesmo que existam outros trabalhos que não foram entregues junto. Muitos dos envolvidos com essa publicação também fazem parte das ações desenvolvidas pela CAERGS e, desde 2022, da Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural.

⁷ Agostinho Martha foi um importante pesquisador da história de Gravataí, responsável pela coleta de informações que deram origem ao Museu Histórico Municipal, sendo seu patrono e, posteriormente, homenageado com o seu nome dado à instituição.

No princípio do século (1814), existiam 716 escravos em Gravataí dentro de uma população branca de 1292 habitantes. Quase 70 anos após, em 1882, o relatório da Câmara de vereadores dava conta de que esses números decresceram para 675 negros cativos quando a população já ultrapassava os 5000 moradores (Martha; Martha, 2022, p. 125).

Nesses trechos, é possível perceber que há uma tentativa de minimizar o papel das pessoas de origem africana no processo histórico da cidade, algo que é muito comum em diversas bibliografias sobre o Estado. A obra em questão começou a ser desenvolvida na década de 1940, mas, ao ser publicada décadas depois, tais dados não receberam ao menos uma nota de rodapé que indicasse as diversas pesquisas acadêmicas feitas posteriormente. Fato que pode revelar que há um desconhecimento ou tentativa de apagamento proposital sobre o papel da população negra e mestiça na cidade. Também demonstra uma falta de preocupação com o tema, que parece ser uma constante nas ações de memorialização do poder público. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2005, p. 135) oferece uma perspectiva interessante em relação à colonialidade do poder e ao eurocentrismo na América Latina. Segundo o pesquisador, “[...] a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços”.

Charles E. Orser (2022), ao discutir a história da colônia de Wilberforce — região norte da atual cidade de London, no Canadá —, organizada por grupos negros vindos dos Estados Unidos da América (EUA) em 1829, descreve que, atualmente, não existem materialidades sobre o solo que rememorem esse período, mas há diversas evidências documentais e relatos históricos. Ao analisar o caso do processo de memorialização e patrimonialização em Gravataí, observa-se a mesma construção discursiva, na qual não fica nítida a existência de um passado escravocrata e nem a importância da população negra para a construção da cidade. Orser, ao defender a arqueologia e a materialidade como meios para estimular a rememoração das comunidades negras que habitaram Wilberforce, diz que:

Wilberforce no longer exists as a physical community, but its remains undoubtedly remain below ground. Eventual archaeological research will convert the community from a mental construct into a tangible reality. Only through such means will the hidden elements of daily life at the settlement emerge. The extant documentation

provides the bare bones of the settlement's history and discloses some of the attitudes and beliefs of its residents, but so much remains unknown (Orser, 2022, p. 220).

Em relação a esses apontamentos, sobre a potencialidade dos estudos arqueológicos em comunidades nas quais materialidades que demonstram um passado “inconveniente” foram removidas do campo de visão, é sabido que a região onde hoje se localiza Gravataí era habitada por povos guaranis, segundo Vergara (2012), há pelo menos um milênio. Nesse cenário, há a demarcação de quatro sítios arqueológicos.

Os sítios arqueológicos “Itacolomi” (nome de uma região e de um morro que é considerado patrimônio natural do RS desde 2003), identificado em 2023, e “Morungava” (também denominado um distrito da cidade), cujo processo de pesquisa ocorreu entre 2020 e 2022, apresentavam fragmentos de cerâmica de tradição tupiguarani⁸ do período pré-colonial. No sítio “Aterro Sanitário”, analisado entre 2019 e 2022, havia pedaços de louças, vidros e restos de construção que seriam provenientes da segunda metade do século XIX. Já no sítio “Arroio dos Ferreiros”, pesquisado de 2008 até 2017, foi descoberta uma oficina lítica. Também é importante evidenciar que, antes da finalização desse estudo, em 2008, o “Relatório de investigação Arqueológica no Seminário São José, comunidade Castelo Branco – Gravataí/RS área de 50h para ocupação como loteamento”, de Mirian Baptista Carle, apresentou o seguinte achado:

Na área de plantio de aveia aos fundos do potreiro foi localizada uma peça arqueológica de procedência provavelmente afro pela característica de confecção, isto é, trata-se de uma alça de panela confeccionada com argila, sendo que este tipo de alça não é encontrado em panelas de procedência indígena. **A peça foi encontrada isoladamente sem nenhum outro vestígio arqueológico ao entorno, o que poderia tratar-se de uma peça deslocada de seu local de origem** (Carle, 2008, p. 25, grifo da autora).

⁸ A tradição tupiguarani relaciona-se à grupos originários que tiveram uma intensa dispersão no território da América do Sul, no campo da arqueologia está ligado à tradição ceramista. Mais informações em: PEREIRA, David Lugli Turtera. Expansão dos Tupi-Guarani pelo território brasileiro: correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica. **Revista Tópos**, v. 3, n. 1, p. 29-80, 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2224>>. Acesso em 17 out. 2024.

Figura 3: Artefato arqueológico – Sítio Arroio dos Ferreiros.



Fonte: CARLE (2008, p. 25).

Posteriormente, foi identificada, próxima a essa região, uma oficina lítica pré-colonial. Quanto à peça encontrada, Carle (2010) a compara com outros artefatos localizadas em quilombos próximos, com os quais partilhava características similares. Utilizando como referência a tese de Cláudio Baptista Carle (2005, *apud* Carle, 2010, p. 44), que trabalha assentamentos em quilombos do Estado, são apresentadas informações sobre o Abrigo do Monjolo, que ficaria no Quilombo do Paredão:

[...] Carle resgata no Abrigo do Monjolo, localidade rural de Paredão, na divisa dos municípios de Gravataí e Taquara, cerâmicas com características africanas, terracota com decoração lisa, pinçada, escovado e com apêndices (alças), onde compara com as cerâmicas apresentadas no trabalho de Everdosa (1980) sobre arqueologia angolana.

As peças da escavação do Abrigo do Monjolo teriam origem Bantú. Não foram encontradas maiores pesquisas em relação ao artefato localizado em Gravataí, porém, sabe-se que

Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de africanos foram trazidos às Américas no comércio escravista. Quase metade desse contingente era constituída

pelos banto, termo que designa de forma abrangente uma grande gama de povos e culturas que habitam a região da África Central, onde atualmente se encontram países como Angola, Moçambique, Congo etc. (Silva, 2023, p.11).

Além de evidências arqueológicas e históricas, há também três quilombos identificados no território até o momento: Quilombo Manoel Barbosa (reconhecido em 2004 e aguardando demarcação de terras), Quilombo do Paredão (localizado na divisa entre Gravataí e Taquara) e Quilombo Ferreira-Fialho (solicitou reconhecimento em 2007, ficaria em áreas entre Gravataí e Canoas).

Figura 4: Mapa com localizações aproximadas dos Quilombos e Sítios Arqueológicos da região.



Fonte: Adaptado de Google Maps por MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Todavia, ressalto que, em minhas entrevistas com agentes culturais e servidores públicos do município, somente o Quilombo Manoel Barbosa foi apontado como sendo da cidade de Gravataí. E, mesmo nesse reconhecimento, há entraves, como a falta de sinalização do espaço em placas de identificação próximas à região e a carência de uma percepção do espaço enquanto patrimônio, como mencionado pela senhora Carmen:

Eu não considero o Quilombo como um patrimônio de Gravataí, eu não considero [...] eu até acharia que deveria ser, mas ele não é tratado como tal, ele não tem aquela dimensão que outras coisas têm. Ele não tem uma dimensão como um CTG

tem. Acho que ele é bem diferente, não é só subir num palanque e dizer que é patrimônio de Gravataí, ele não é patrimônio (Santos, 2022, inf. verb.).

Há diversas marcas perceptíveis que comprovam a forte influência do período escravocrata para a construção da cidade, fato que poderia ser reforçado ao mencionar os sobrados e casarões inventariados e patrimonializados. Assim como Lúcio Ferreira (2022) fala sobre Pelotas, em Gravataí, é notável que as riquezas extraídas desse período possibilitaram a construção de espaços hoje considerados patrimônio, como o Casarão dos Bina, o Casarão dos Fonseca e o Sobrado do Museu.

Segundo Jorge Rosa (1987), a cidade chegou a ser uma das maiores produtoras de farinha de mandioca do Estado. Carvalho et al. (2006) mencionam que o uso da mão de obra de pessoas escravizadas era comum, sobretudo em atafonas (engenhos de farinha), que concentravam mais da metade dos escravizados. Nesse contexto, percebe-se que não apenas latifundiários, mas pequenos produtores também costumavam “ter”, entre seus bens, pessoas escravizadas. Sendo esse o caso mais comum nessa localidade, posto que a maior parte era de plantéis com cerca de 10 pessoas (Carvalho et al., 2006). Os autores também comentam que, através de estudo de inventários de bens entre 1867 e 1888, percebeu-se que 66,66% dos moradores de Gravataí deixaram como herança pessoas escravizadas, revelando uma alta disseminação dessa prática na região.

Nestes inventários constam poucas informações quanto a origem das pessoas escravizadas, a maioria era nascida no Brasil, sendo uma porcentagem muito menor originária, quando especificado, de Mina – que comumente é compreendido como Costa da Mina ou Costa do Ouro, atual Gana – e Moçambique. Todavia, os autores ressaltam que o termo “preto”, que aparece em 31 dos 159 casos, poderia designar pessoas nascidas na África ou descendentes diretos destes. Portanto, as pessoas escravizadas que viviam em Gravataí podendo possuir relação com a tradição bantú, assim como a peça encontrada no sítio arqueológico Arroio dos Ferreiros.

Jorge L. Giovannetti (2009), apresenta reflexões sobre as representações públicas da escravidão e turismo nas Américas. Ele salienta o silêncio nas escolas e nas conversas familiares sobre o tema, demonstrando que, nas histórias públicas, esse passado é “manipulado” de acordo com o emissor. E, ao estudar o fenômeno de transformação, nas

últimas décadas do séc. XX, de locais que foram *plantations* em espaços de memorialização em Barbados, Porto Rico, Brasil e Cuba, o autor apresenta que há uma ironia ao se manter a Casa Grande como foco das visitas, enquanto as evidências materiais do período escravocrata são constantemente apagadas ou mesmo ignoradas.

In short, it could be stated that even in the absence of material structures, informed guides and administrators who take a proactive role can assist in incorporating a public history of slavery into plantation sites. [...] An accurate representation of plantation history must take into account the enslaved, even if the structures that testify to their presence have disappeared with time or have been neglected in the historical reconstruction of plantation sites — both indications of the unequal relations of power at different times in history. [...] Those in charge of the heritage industry must be aware of this responsibility, partly because of the huge impact they have — or can potentially have — on people's knowledge (Giovannetti, 2009, p. 119–120).

Devo ressaltar que, coincidentemente, o prédio que sediava o Museu Municipal Agostinho Martha (fechado para restauração desde 2019), que é considerado um dos mais antigos da cidade, tendo sido construído em 1826, possuía uma atafona (Fraga; Paiva, 2011). Porém, seu processo de tombamento restringe seu valor no viés arquitetônico e na história daqueles que foram donos do local, caracterizando-o como uma edificação que representa o estilo colonial português.

A senhora Carmen Lúcia dos Santos (2022), citada anteriormente, também remete suas lembranças a dois outros bens patrimonializados de Gravataí, o Casarão dos Fonseca — onde, quando crianças, seus tios e pai iam levar verduras plantadas por seu avô — e o Terno de Reis, primeiro bem imaterial de Gravataí, reconhecido por lei em 2022. Em conversa, ela menciona que seu pai fazia apresentações do terno de reis quando mais novo, demonstrando que era uma ação comum em sua região. Todavia, apesar de não estar registrado no livro tomo do Museu, pesquisas anteriores da instituição atribuem a ação à herança açoriana.

Faye Sayer (2021), ao abordar a criação de espaços de memória sobre a escravidão na Nigéria, traz reflexões sobre a falta de identificação de grupos étnicos com as narrativas oficiais, que levam ao desinteresse pelos patrimônios, por não se identificarem com os enquadramentos realizados. Dentro desse contexto, reforço que a influência açoriana e indígena é importante para a construção de Gravataí, mas coexistem com a vida de pessoas escravizadas e seus descendentes, que são convenientemente esquecidos pelo discurso oficial.

Desta forma, modificar o enquadramento dado aos bens patrimonializados e musealizados, talvez pudesse fazer uma grande diferença na relação de pertencimento que essa sociedade desenvolve.

Relacionando os bens patrimonializados em Gravataí, que, dadas as devidas proporções, poderiam representar as Casas Grandes em espaços memoriais em antigas *plantations*, apresentadas por Giovannetti (2009, p. 221), é interessante ressaltar a seguinte fala do autor:

In many ways, the preservation of the plantations where enslaved Africans and their descendants worked in the past, and the transformation of them into sites for the public history of slavery, can also fulfill a good function in the present. Our learning about the Great Houses, their luxurious items and furniture, could be accompanied by learning about the hard labor that made the Great House and its luxuries possible. We could learn about the resilience of the enslaved people who endured the painful institution of slavery, their strategies of survival, their social and cultural creativity under life conditions that were precarious and horrible, and the intelligence that led them to challenge the system of oppression under which they lived. Plantations today could be sites of learning that could be wisely and intelligently used to teach racial pride in the present world in which non-whites still endure racial discrimination.

Nessa lógica, a preservação dos patrimônios já eleitos em Gravataí também é importante, mas necessita que outras percepções do passado sejam atreladas ao discurso produzido. Posto que, mesmo sem as representações materiais diretamente ligadas ao período escravocrata, vida das pessoas escravizadas e povos indígenas na região, falas especializadas e olhares atentos a essas temáticas poderiam evocar narrativas dissonantes e extremamente necessárias, a partir de materialidades que não são usualmente atreladas a tais discursos.

O apagamento da herança negra

Pensando em possibilidades para essa falta de reconhecimento público da história e herança negra em Gravataí, talvez fosse interessante perceber que essa não é uma problemática singular, mas algo que está presente em diversas esferas da sociedade. O trabalho de Mário Maestri (2008, p. 54) aponta que o RS era uma das principais províncias escravistas do país, e que ainda hoje:

A maioria da população rio-grandense acredita que o Rio Grande seja essencialmente produto do esforço do homem livre, luso-brasileiro e, sobretudo, ítalo-germânico. Na superficial e mítica visão geral da população sobre o passado rio-grandense, a contribuição dos africanos e dos afro-descendentes à formação social sulina é desqualificada e ignorada.

A própria figura mítica do gaúcho como homem livre está vinculada a processos que “[...] mascaram a morte e a violência; apagam de suas tramas os que ousaram outras vidas, reinventando-as criativamente, como os quilombolas” (Sampeck; Ferreira, 2020, p. 146). Percebo que a construção narrativa sobre o passado de Gravataí nada mais é do que o reflexo de algo que acontece em todo o RS.

Katerine Hayes (2011), faz reflexões sobre a ocultação de um passado e o esquecimento enquanto elemento constitutivo para a construção e reforço de uma identidade. Contrapondo os fatos históricos e a existência de três monumentos nas terras de Sylvester Manor, nos EUA, que fazem referência à elite que comandava o local, aos grupos de pessoas escravizadas e povos originários que coexistiram em determinado momento histórico. Segundo a autora, “As materialized memories, these markers reinforce a historical narrative in which racial categories are maintained by strict boundaries, and Native Americans are not in any way a central part of the early plantation history” (p. 209). No caso de Gravataí, percebe-se o mesmo que Hayes reforça em relação aos nativos americanos, mas com a herança negra da cidade, na qual é nítida sua marginalização em relação ao discurso oficial; em contraposição, há a centralidade de um passado que reforça a existência de grupos dominantes como os colonizadores portugueses.

Apesar de um contexto similar ao que estou abordando em Gravataí — processos de memorialização de um passado em que povos indígenas, pessoas escravizadas de origem africana e colonizadores europeus coexistiram e são fundamentais na formação de um determinado território —, Hayes (2011, p. 214) traz uma perspectiva estadunidense, na qual:

The reliance on ‘blood’ as a marker of race also recalls the irony and selective association of racial categorization (as noted by numerous scholars of race), that while historically Indian blood may be diluted unto a vanishing point, African American blood need only contribute one drop to retain categorization as black. Some associations are believed easier to forget than others in American society.

No Brasil, associada a uma tentativa de “embranquecimento” da população, observa-se a valorização do multiculturalismo, apontado para justificar a suposta inexistência do racismo em nossa sociedade. Artwell Cain (2015, p. 236), ao falar sobre o colorismo, descreve que:

“Colorism” is a phenomenon widely articulated and experienced in the Caribbean. Many individuals takes pride in describing how many different ethnicities contributed to their genealogies. In the course of that enthusiasm for pluralist histories, African heritage can be downplayed or omitted.

Nigel Worden (2009), ao discutir sobre o caso emblemático das mudanças nas representações do passado escravocrata na cidade do Cabo, na África do Sul, coloca um aspecto interessante, que é a união entre os “não-brancos” na luta contra o *apartheid*. Ele chama a atenção para aspectos da estigmatização dos mestiços e o fato de que, com a democratização, aqueles que eram classificados forçosamente pelo regime, agora podiam se identificar como quisessem. Segundo o autor:

The most striking result of the advent of democracy was that the need for unity against apartheid dissolved. In particular the politics of the new dispensation resulted in awareness of a distinctly Coloured identity and heritage. In the 1994 elections, the Western Cape was one of the few provinces where the ANC did not win an outright majority. Coloureds formed 55 per cent of the voting population and, to the dismay of many activists in the antiapartheid movement, many supported the apartheid National Party (NP) rather than the liberation ANC movement (Worden, 2009, p. 27).

Na história desse local, há processos distintos de dominação que levam a problemas sociais e desigualdade. Porém, os casos apresentados por Hayes (2011) e Worden (2009) são interessantes para pensar a questão da racialização das populações. Na perspectiva estadunidense, basta uma gota de sangue para ser considerado negro, “esquecendo” os povos originários da região. E, a partir do processo de redemocratização da África do Sul, observa-se o caso das eleições de 1994 na cidade do Cabo, no qual, dentro das devidas proporções, foram vistas manifestação da colonialidade, que implica em um processo profundo de dominação dos povos e das mentes dos colonizados.

Nesse sentido, é interessante observar a reflexão apontada por Artwell Cain, ao falar dos debates para inserir a narrativa da escravidão na história holandesa e como ela está sendo perpetuada:

The trans-Atlantic regimes of slavery represented crime against humanity, as recognized by representatives of the United Nations at the conference on racism in Durban, South Africa, in 2001. [...] Governing representatives in these societies often advocate a future gaze toward potential equities and equality. At the same time, they attempt to relegate the inequities of slavery's impacts and elements of modern racism to past era (Cain, 2015, p. 228).

Em Gravataí, além dos quilombos citados, a cidade tem o Clube Negro Seis de Maio, criado em 1956, que não é patrimonializado em nenhuma instância, mas foi uma das instituições dessa tipologia inventariadas no Estado. Segundo Giane Escobar (2010, p. 56), “Os Clubes Sociais Negros surgem [...] como um contraponto à ordem social vigente, vêm de encontro aos clubes brancos que não permitiam entrada de negros em seus quadros sociais, muito menos a convivência pacífica e “miscigenada” das etnoculturas”. A senhora Carmen, do Quilombo Manoel Barbosa, relata que:

Em “Gravataí”, negro não entrava em clubes sociais, tinha os Batutas [...] e outras 3 famílias de negros em “Gravataí”, eles começaram, em época de Carnaval, pegar os instrumentos e sair para a rua, aí as pessoas vinham vindo, assim surgiu o Carnaval de rua em “Gravataí”, foram negros. [...] Fizeram um clube para negros [...] Tinha, mas daí eles [Seis de Maio] abrangeram e podia entrar negros e brancos. [...] Tinha os bailes de moreno [...] Tinha há pouco tempo em Cachoeira [...] no século XXI [...] aqui no Rio Grande do Sul (Santos, 2022, inf. verb.).

No mesmo ano em que surge o Clube Seis de Maio, é fundado na cidade o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Aldeia dos Anjos, declarado como patrimônio histórico e cultural do RS em 2006. Chamo a atenção para a coincidência de datas e para o fato de que, atualmente, os membros do Seis de Maio buscam o reconhecimento de sua história através de solicitações para sua patrimonialização em caráter imaterial em esfera municipal.

Essas duas instituições de sociabilidade com origens e narrativas diferentes representam Gravataí. Contudo, uma delas, o CTG é visto como um patrimônio estadual, ou seja, símbolo da identidade gaúcha, de uma imagem que se quer construir. A outra luta para

manter sua estrutura e por algum reconhecimento municipal enquanto patrimônio. Dessa forma, acho interessante pensar o quão representativo é a resistência desse Clube na cidade.

Carmen dos Santos (2022) cita a relação da população negra do município com o carnaval, e foi dentro desse Clube Negro que surgiu a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí, em 1961. Atualmente, ela representa a cidade no carnaval de Porto Alegre, sendo uma de suas agremiações mais antigas. A escola preserva alguns bens e documentos sobre sua história, além de já ter realizado exposições sobre a temática no município, porém, não há menção nas exposições de longa duração do Museu, por exemplo. Esses fatos reforçam o argumento de Cain (2015), uma vez que patrimonializar um CTG e escolher elementos para compor narrativas expográficas seria uma tentativa de demonstrar uma história plural, todavia, o racismo e as tentativas de apagamento das populações negras ainda precisam ser debatidos.

Maria Fernanda Escallón (2019), apresenta conflitos vividos pelos moradores do Quilombo dos Palmares, um patrimônio nacional que representa um local de resistência ao colonialismo. Entretanto, seus habitantes vivem um processo constante de deslegitimação de seu direito a terra, que perpassa por sua origem como migrantes, por posses irregulares, questões sócioeconômicas e de acesso desigual à proteção legal — as quais, no Brasil, apresentam fortes laços com debates raciais e com processos de marginalização. A autora evidencia um debate sobre o multiculturalismo, observando que “The idea that racial discrimination does not exist in Brazil because everyone is racially mixed has a very long and toxic history in the country” (2019, p. 371).

Na América Latina, há também um conceito interessante, que é o da criouliização: “[...] as ideias de transculturação [...] findaram sepultando a negritude em mestiçagem. [...] as ideologias de criouliização são baseadas na invisibilização ou no branqueamento progressivo de africanos e outros sujeitos subalternizados [...]” (Sampeck; Ferreira, 2020, p. 147). Tyler D. Parry (2017), apresenta o fato de que, no Caribe, que era uma parada inicial para os escravizados que seriam levados aos EUA, havia uma divisão entre crioulos, que eram nascidos nas colônias, e africanos. Os crioulos, já fruto de um processo de colonialidade do pensamento, viam os africanos como inferiores e tinham um tratamento hostil para com eles. Sendo esse um dos argumentos do autor para explicar que não havia uma visão homogênea sobre a África entre os negros americanos.

Kathryn Sampeck e Lucio Menezes Ferreira (2020 p. 157–158) apontam que:

[...] diante dos intrincados contextos de crioulação, caminhar no terreno existencial da negritude latino-americana é pisar em trajetos que historicamente se tenta apagar, marginalizar ou simplesmente destruir. A história de afro-latinos é desconfortável porque é correlata à definição de cidadania excludente que constitui a América Latina; melhor dizendo, é correlata à estruturação do racismo em nossas vidas. Não adianta perguntar-se, ao modo existencialista, sobre o que certos processos fizeram conosco, porque eles, de tão naturalizados, já o fizeram.

Nesse sentido, é interessante destacar o trabalho de Luciano Souza Costa (2007, p. 10), que, ao analisar alguns quilombos da região, incluindo o Quilombo Manoel Barbosa e o Quilombo Ferreira-Fialho, relatar que:

As histórias de antepassados indígenas haviam passado para alguns grupos familiares [...] e não mantinham relatos de detalhes sobre o suposto passado indígena; por mais que essa matriz indígena esteja ou possa estar incorporada a muitas de suas práticas e saberes.

Sabe-se que, no período da Aldeia dos Anjos, havia a política pombalina⁹, que designava diversas medidas para a assimilação dos indígenas. O autor menciona que “[...] registros de nascimentos dos descendentes de brancos com índios consideravam estes filhos como brancos a partir da segunda geração” (Costa, 2007, p. 30). Esses dois processos de miscigenação com os povos originários proporcionam reflexões quanto às diferentes identidades que surgem. Há a permanência, mesmo que inconsciente, de traços culturais, mas, também, o apagamento e a aculturação. Destaco aqui a lei 4754, que declara como patrimônio cultural imaterial do município a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, sendo esse o único bem patrimonializado relacionado à herança africana de Gravataí, demonstrando através da intangibilidade essa continuidade.

⁹ Refere-se ao período de 1750–1777, no qual uma série de reformas em relação à política, administração, cultura e educação foram implementadas. Esse momento histórico está associado à figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi o Primeiro-Ministro de Portugal na ocasião e teve seu governo marcado por um forte controle estatal. Mais informações em: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *In: Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 3, p. 465–476, set. de 2006.

Martha e Martha (2022), se referem a uma população negra diminuta nos primórdios da cidade. Enquanto Pedroso (2013), ao unir pretos e pardos, demonstra que, juntos, eles formariam a maior parte dessa sociedade. São duas leituras diferentes que também representam o período em que esses estudos foram realizados, além de falar sobre apagamentos e processos de racialização.

Trazendo o conceito de epidermização do racismo, Bernardino-Costa (2018, p. 291–292) aponta que, "[...] ao se deparar com o racismo, o negro introjeta um complexo de inferioridade e inicia um processo de autoilusão, buscando falar, pensar e agir como branco". No Brasil, há um alargamento das noções étnicas, com objetivos assimilatórios de colonialidade que tentaram “embranquecer” sua população e que acabam invisibilizando e oprimindo grupos mais vulneráveis, ocultando o processo de exclusão dos quais essas questões são produto.

Observo esse dilema nitidamente no final do documentário “Gravataí Missioneira — Origens”, disponível no canal do Youtube da Prefeitura Municipal de Gravataí, no qual há a seguinte menção: “Uma cidade que irmana índios, brancos e negros. Todos os homens que carregam juntos a cruz do sofrimento, igual para todos e que nos aproxima e revela nossa humanidade” (Prefeitura de Gravataí, 2019). Ou seja, ao enaltecer a perspectiva da miscigenação e do multiculturalismo, ignora-se o fato de que não há monumentos ou patrimônios que celebrem a herança negra na cidade. O discurso autorizado do patrimônio mantém seu olhar para a constituição de uma elite luso-açoriana, além de não mencionar as desigualdades sociais oriundas de um processo de dominação, colocando a vida de diversos membros dessa sociedade à margem.

Ao compreender que a situação de Gravataí está relacionada a um problema global de ruptura entre a tríade de memória-identidade-patrimônio, me debruço a pensar formas de auxiliar. Enquanto pesquisadora e agente patrimonial, também desempenho um papel dentro dessas tensões, no qual posso ignorar esses problemas e perceber que a população não tem educação ou entendimento suficientes para julgar o que é um bem patrimonial e tentar “educá-los” para pensar de forma colonializada. Ou posso ir por outro caminho e compreender que a população sabe muito bem o que é memória, o que é um patrimônio, o que é uma herança a ser preservada, mas não se vê na narrativa, no discurso que lhe é apresentado.

Parry (2020, p. 259–260), ao trazer o conceito de dupla consciência de Du Bois (1994, *apud* Parry, 2020), para tentar entender o significado da África para turistas estadunidenses, aponta que:

Heritage tourists follow a historical pattern of migration to help them gain a sense of ‘place,’ especially when their birth countries pit their racial and national identities in conflict. [...] They assert that members of a diasporic community believe that they are not — and perhaps cannot be — fully accepted by their host society and therefore feel partly alienated and insulated from it.

O trabalho de Parry apresenta algumas questões que interessantes para pensar o caso de Gravataí e de tantos outros locais do Brasil e, possivelmente, da América Latina. Fomos socializados como a uma existência limiar, na qual, muitas vezes, não há uma identidade explicitamente definida. Nesse sentido, gosto do termo utilizado por Maldonado-Torres (2018, p. 51), ao apontar que a colonialidade do poder, ser e saber vai nos colocar na posição de condenados, nos mantendo em lugares fixos: “Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado”. Mas, em vez de uma relação conflitante de identidades, Parry (2020, p. 260) afirma que, segundo as respostas de seus entrevistados, haveria um equilíbrio:

Many respondents preferred a balance between America and Africa, realizing they are rooted in both locations. Whereas Dubois believed the two appellations were in perpetual conflict, the ‘return’ to Western Africa produced a far more harmonious balance between the two warring ideals. For many of my respondents, standing on African soil and meeting African people was the only way they balanced these conflicted identities.

Considerando que os entrevistados de Parry encontraram um suposto equilíbrio ao visitar uma terra natal, mesmo que imaginária, e se entender como parte de um sentimento de uma coletividade, é possível concluir que inserir patrimônios e narrativas dissonantes seria também uma maneira de preservação e de dar foco para histórias que foram mantidas subterrâneas.

Quanto ao caso de Gravataí, é possível que a percepção de uma lacuna em relação à herança negra da cidade seja fruto de um contexto político e social no qual essas lutas vêm emergindo. Participo das discussões de diferentes grupos da cidade e não acho que vou dizer à

população qual deve ser seu patrimônio, mas creio que apontar para diferentes leituras quanto ao que já temos é um começo. Participando da criação do livro “Gravataí: entre anjos e gravatás” (2021), da exposição “Gravataí 22” (2022) e organizando o “Webinário: Patrimônio em Gravataí” (2022), a “1ª Caminhada Cultural pelo centro de Gravataí” (2022) e a “2ª Caminhada Cultural pelo centro de Gravataí” (2023), tentei trazer à tona as discussões sobre o passado da cidade, processos de apagamento e silenciamento, em especial no que diz respeito à diáspora africana.

O maior impacto que identifiquei até o momento foi na proporção que a Caminhada Cultural desenvolveu. Partimos de um encontro com 15 pessoas, em 2022, para uma ação que contou com 126 participantes espontâneos em 2023. Todavia, essa não é uma iniciativa do poder público, e sim de agentes culturais que trabalharam voluntariamente para organizar a mesma. Fazendo um trecho similar ao que é organizado pelo Museu Municipal Agostinho Martha, buscamos ampliar a narrativa da cidade incluindo informações sobre as populações escravizadas e finalizando o trajeto dentro do Clube Social Seis de Maio, trazendo falas da senhora Carmen sobre o Quilombo Manoel Barbosa em celebração ao Dia Estadual do Patrimônio no RS.

Em relação ao discurso oficial reforço algumas pequenas transformações recentes observadas na 35ª Feira do Livro de Gravataí de 2024, cuja temática foi patrimônio. No evento em questão foi exposto um *banner* com alguns locais históricos e patrimoniais da cidade, no qual foi incluído o Clube Seis de Maio e o circuito cultural que ocorreu citou como um dos pontos o mesmo local. Além disso, o evento também contou com a realização de um “Painel sobre o patrimônio histórico material e imaterial de Gravataí”, organizado e mediado por Helena Thomassim Medeiros. No qual representantes da Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio foram convidados a falar sobre sua história e os projetos sobre os quilombos também foram lembrados na divulgação de códigos para acesso às obras que estão disponíveis no Youtube. No primeiro semestre de 2025 foi realizada uma exposição e um documentário sobre a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio, pela Prefeitura. Em fevereiro de 2025 foi erguida uma imagem de Exú Bará na, recentemente, denominada Rótula dos Quimbandeiros. Demonstrando pequenas, mas significativas transformações conquistadas pela população.

Considerações finais

Este texto é o recorte de uma tese, cujos desdobramentos e questões relacionais não caberiam ao foco do artigo. No entanto, percebe-se como a questão racial, vinculada à colonialidade e às desigualdades sociais, atravessam o discurso autorizado sobre o patrimônio. O apagamento vivenciado é tão enraizado que, muitas vezes, nem sequer é notado.

Gravataí é um estudo de caso, porém, segue uma estrutura de poder que não foi inventada na cidade, mas que é produto de anos de dominação e imposição cultural, que vem de um processo de colonização, de uma miscigenação forçada e de acesso desigual a recursos. O trabalho que foi feito na década de 1970 — época em que iniciam as discussões sobre a construção do Museu Municipal —, em plena ditadura militar, por grupos de pessoas interessadas em preservar a história da cidade e que tinham alguma relação com sua elite política é um retrato de seu tempo. Todavia, o que podemos fazer enquanto agentes culturais e pesquisadores é tentar compreender por qual motivo e como determinadas relações se mantêm mesmo com novas perspectivas e estudos sobre o passado emergindo.

Os estudos da diáspora africana contribuem muito nesse processo, porque mostram um pouco sobre a extensão desse problema, que é, muitas vezes, minimizado com a justificativa de uma igualdade racial. A partir de dados sobre os bens patrimonializados, colocados em contraposição com a história da cidade, foi observado que o patrimônio não é somente um instrumento de rememoração ou uma valorização das heranças que nos compõem. Esse conceito também serve à colonialidade, à manutenção de estruturas de poder e aos mecanismos de dominação que almejam manter as estruturas fixas de condenação (Maldonato-Torres, 2018).

Diversos estudos apresentados apontam reflexões sobre esses temas e formas para combater esses processos de apagamento, mas devo inserir mais um meio, que é pelo qual estou me expressando neste momento: o registro. Posso não ter encontrado um artefato ou sítio arqueológico, montado um museu ou conseguido inserir minha perspectiva no discurso oficial sobre os bens de minha cidade; porém, expressar essas angústias, apresentar o cenário que vivemos e tentar compreender os conflitos e tensões presentes também faz parte deste trabalho.

Apesar dos medos referentes a perdas e apagamentos de diferentes narrativas, acredito que seja através de memórias subterrâneas, de narrativas conflitantes, de “pequenas” histórias, materialidades e símbolos ainda não revelados que, de algum modo, essas heranças vivem em nós. Talvez aí resida sua maior força: a capacidade da população de se reinventar. Como exemplos, destaco estas situações: ver um santo católico e colocar ali traços de suas crenças — conforme se observa na Carreata de Ogum, inserida no calendário oficial de eventos de Gravataí como sendo São Jorge; manter em funcionamento espaços como o Seis de Maio e a Capela Santa Cruz (pequena construção no centro da cidade atribuídas à população indígena e, possivelmente, negra); usar ervas e ritos de cura que aprendidos com seus avós, como insinua Costa (2007); manter sua religião e inseri-la em ações do poder público, como o Cruzeiro, o Conselho do Povo de Terreiro e recentemente a lei que patrimonializa esse aspecto da cultura gravataiense.

Referências bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 276–301.

CAIN, Artwell. Slavery and memory in the Netherlands: Who needs commemoration? In: **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**. v. 4, n. 3, 2015, p. 227–242.

CARLE, Claudio Baptista. A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PUCRS, 2005. *Apud*: CARLE, Mirian Baptista. **Relatório de investigação arqueológica no Seminário São José, comunidade Castelo Branco — Gravatas/RS, área de 50h para ocupação como loteamento**. v. 1, parte 18, 2010, 48p.

CARLE, Mirian Baptista. **Relatório de investigação arqueológica no Seminário São José, comunidade Castelo Branco — Gravatas/RS, área de 50h para ocupação como loteamento**. v. 1, parte 1, 2008, 61p.

CARLE, Mirian Baptista. **Relatório de investigação arqueológica no Seminário São José, comunidade Castelo Branco — Gravatas/RS área de 50h para ocupação como loteamento**. v. 1, parte 18, 2010, 48p.

CARVALHO, Ana Paula Comin de; et al. **A resistência através da permanência: relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa**. UFRGS/INCRA, Porto Alegre, 2006, 168p.

COSTA, Luciano Souza. **Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros:** tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal. Porto Alegre, 2007, 138p. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14697/000667261.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 de dez. de 2022.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *The Souls of Black Folk*. New York: Dover Publications, 1994. *Apud:* PARRY, Tyler D. 'What is Africa to me' now?: african-american heritage tourism in Senegambia. *In: Journal of Contemporary African Studies*. v. 36, n. 2, 2018, p. 245–263.

ESCALLÓN, Maria Fernanda. Rights, inequality, and afro-descendant heritage in Brazil. *In: Cultural Anthropology*. v. 34, n. 3, 2019, p. 359–387.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros:** lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, UFSM, Santa Maria, 2010, 221p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10961/ESCOBAR%2c%20GIANE%20VARGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 de abr. de 2023.

FERREIRA, Lucio Menezes. Ancestral technologies: afro-brazilian archaeology and its contributions to the material history of Latin America. *In: Colonial Latin American Review*. v. 31, n. 4, 2022, p. 599–606.

FRAGA, Emerson Passos de; PAIVA, Rogério Bueno de. **Proteção contra incêndios em edificações históricas:** estudo de caso de um museu de Gravataí. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011, 11p. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/10732>>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.

GIOVANNETTI, Jorge L. Subverting the master's narrative: public histories of slavery in plantation America. *In: International Labor and Working-Class History*. v. 76, n. 1, 2009, p. 105–126.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4754, de 11 de janeiro de 2024.** Declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4754-2024-332883/termo:matriz%20africana>>. Acesso em: 05 de out. de 2024.

HAYES, Katherine. Occulting the past. Conceptualizing forgetting in the history and archaeology of Sylvester Manor. *In: Archaeological Dialogues*. v. 18, n. 2, 2011, p. 197–221.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil:** 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

JACHEMET, Célia Silva. **À redescoberta das raízes:** relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976–2016). 2023. 179 f. Tese (Dourado em História) - Universidade do Vale do Rio

dos Sinos, São Leopoldo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12648?show=full>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KÜHN, Fábio. A Aldeia dos Anjos durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769–1780). In: JACHEMET, Célia Silva (Org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Raízes de Gravataí: povoamento inicial, etnicidade, traços do município e expansão**. Gravataí: Prefeitura Municipal: Casa dos Açores do Rio Grande do Sul; Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011, 1ed., 1t., p. 92–104.

MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819–2006. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 53–88. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100823031132/06mae.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 31–61.

MARTHA, Agostinho; MARTHA, Marco Antônio Bandeira. **Nossa terra, nossa gente: a história de Gravataí 1730–1950**. COSTA, Amon; SANTOS, Ângela Maria Fonseca Barbosa dos; MELO, Leandro Nazari; JÚNIOR, Júlio Barbosa dos Santos; MARTHA, Pedro Bandeira (Org). Plana Comunicação: Gravataí, RS, 2022, 335p.

ORSER, Charles E. Attempted erasure and recovery of the free black community of Wilberforce, Ontario. In: **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**. v. 11, n. 3, 2022, p. 205–224.

PARRY, Tyler D. ‘What is Africa to me’ now?: african-american heritage tourism in Senegambia. In: **Journal of Contemporary African Studies**. v. 36, n. 2, 2018, p. 245–263.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. **Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)**. 2013, 249p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

PREFEITURA DE GRAVATAÍ. **Gravataí Missioneira – Origens**. Youtube, 24 de abril de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/QzFLLaiE1TI>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117–142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.

ROCCA, Luísa Durán. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII**. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, 2009, 657p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17918/000726395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 de mar. de 2023.

ROSA, Jorge. **História de Gravataí. Prefeitura Municipal:** Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-estar Social: Departamento de Pesquisa, Folclore e Informação. Gravataí: EDIGAL – Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda., 1 ed., 1987, 209p.

SAMPECK, Kathryn Elizabeth; FERREIRA, Lucio Menezes. Delineando a arqueologia afro-latino-americana. *In: Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. v. 14, n. 1, 2020, p. 141–168.

SANTOS, Carmen Lúcia dos. **Entrevista 01:** 29 de nov. de 2022. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2022.

SAYER, Faye. Localizing the narrative: the representation of the slave trade and enslavement within nigerian museums. *In: Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*. v. 10, n. 3, 2021, p. 257–282.

SILVA, Vagner Gonçalves da; et al. **Através das águas:** os bantu na formação do Brasil. São Paulo: FEUSP, 2023. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1189/1087/4090>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

SMITH, Laurajane. **Class, heritage and the negotiation of place.** Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009, 10p. Disponível em: <https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

VERGARA, Antonio Gabriel. **Invisibilidade/visibilidade:** o guarani pré-colonial em Gravataí. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. Pelotas, 2012, 120p.

WORDEN, Nigel. The changing politics of slave heritage in the Western Cape, South Africa. *In: The Journal of African History*. v. 50, n. 1, 2009, p. 23–40.